



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

018. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO PLENO – TRIBUTÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Na era da internet, com seus “rsrsrs” e as “longas” mensagens de 140 caracteres do Twitter, que lugar haveria para a retórica, a invenção dos gregos clássicos para permitir que nas democracias o bom cidadão pudesse defender seus pontos de vista falando bem? Na semana passada, o julgamento do mensalão no STF pôs em evidência os advogados dos réus. Eles foram lá exercitar sua retórica, uma vez que as peças de defesa já haviam sido escritas e enviadas aos ministros do tribunal. Os defensores, com raras exceções, saíram-se muito mal no quesito da retórica – que não é blá-blá-blá.

Quando assumiu o posto de presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, Earl Warren perguntou a um colega mais antigo em quem confiava plenamente o que ele deveria ler para conseguir escrever suas sentenças no alto nível que as circunstâncias exigiam. O colega de Warren, Hugo Black, respondeu: “Basta ler Retórica, de Aristóteles”.

Sábio conselho. Com a democracia, os gregos criaram esse mecanismo de sustentação oral baseado na lógica e na honestidade de pensamento a que chamaram de retórica. Os cidadãos eram frequentemente obrigados a defender em público não apenas ideias, mas sua propriedade e até a própria liberdade. Aristóteles ensinou que persuadir uma audiência nada tem a ver com eloquência. Isso é sofisma. O que separa um cidadão grego dotado da retórica de um mero sofista? A retórica vencedora não depende do dom da oratória, mas do valor moral do orador.

(Otávio Cabral e Carolina Melo. A retórica não é blá-blá-blá. *Veja*, 15.08.2012)

- 01.** A palavra que melhor traduz a ideia acerca da qualidade do orador, no contexto, é
- (A) tenacidade.
 - (B) verbosidade.
 - (C) probidade.
 - (D) entusiasmo.
 - (E) proselitismo.
- 02.** Na frase final do primeiro parágrafo está implícito que, em sua maioria, os defensores dos réus do mensalão
- (A) praticaram a retórica somente como oratória vazia.
 - (B) restringiram sua defesa a peças escritas.
 - (C) foram convincentes em suas manifestações escrita e oral.
 - (D) renunciaram ao recurso da sustentação oral.
 - (E) falaram livremente, como deve ocorrer nas democracias.

- 03.** Assinale a alternativa contendo as palavras cujos sentidos se opõem, correta e respectivamente, aos sentidos das expressões destacadas nas frases:

Com a **democracia**, os gregos criaram esse mecanismo de sustentação oral.

Aristóteles ensinou que persuadir uma audiência nada tem a ver com eloquência. Isso é **sofisma**.

- (A) o fisiologismo; falácia.
- (B) a meritocracia; eficácia.
- (C) o elitismo; má-fé.
- (D) o autoritarismo; boa-fé.
- (E) a soberania; imprevidência.

- 04.** Considere as seguintes afirmações:

- I. As aspas em “longas” (1.º parágrafo) indicam que a palavra está sendo empregada em sentido irônico.
- II. As aspas em “rsrsrs” (1.º parágrafo) indicam que se trata de palavra estrangeira, razão pela qual é incorreto empregá-la.
- III. As aspas em “Basta ler Retórica, de Aristóteles” (2.º parágrafo) indicam que se trata de uma citação.

Deve-se concluir que está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

- 05.** Observe os trechos destacados em seus respectivos contextos:

- I. ... permitir que nas democracias o bom cidadão pudesse defender seus pontos de vista **falando bem**?
- II. Eles foram lá exercitar sua retórica, **uma vez que as peças de defesa já haviam sido escritas e enviadas aos ministros do tribunal**.
- III. ...o que ele deveria ler **para conseguir escrever suas sentenças no alto nível** que as circunstâncias exigiam.

Esses trechos expressam, correta e respectivamente, as circunstâncias de

- (A) meio, restrição e finalidade.
- (B) modo, restrição e condição.
- (C) meio, causa e condição.
- (D) restrição, condição e finalidade.
- (E) modo, causa e finalidade.

06. Assinale a alternativa que apresenta conjugação de verbos e concordância nominal e verbal de acordo com o padrão culto da língua.
- (A) É inegável que aqueles que se disporem a basear suas defesas em puro blá-blá-blá, não expondo dado consistente, não será bem sucedido.
 - (B) Mesmo que os defensores se dispusessem a praticar uma defesa adequada, com argumentos que se mostrassem irrefutáveis, haveria quem lhes criticasse a estratégia.
 - (C) Haverão sempre os descontentes com as decisões emanadas do iminente julgador, caso as decisões dele se contraporem às expectativas dos réus.
 - (D) Os réus devem ter em seu defensor uma pessoa de sua confiança, que eles reputassem competentes, mesmo quando não se tratam de advogados famosos.
 - (E) Pela lei do Brasil, é proibido a prática da advocacia por estrangeiros; deseja-se que restrinjam sua atuação a seu país de origem, onde goza de plenos poderes.

Leia o texto, para responder às questões de números 07 a 10.

No terceiro dia de julgamento, seguiram-se novos depoimentos e finalmente fizeram-se as acareações. E o que facilitou grandemente a tarefa da acusação foi que, na esperança de melhorarem sua posição pessoal, os réus se puseram a acusar uns aos outros. Fez-se publicamente o exame dos prontuários tirados da parte dos arquivos da Polícia Central que Zabala não tivera tempo de destruir. Por meio desses documentos, ficou provado que mais de duzentas pessoas, entre as quais algumas dúzias de estudantes, haviam morrido de doenças e maus tratos nas diversas prisões de Cerro Hermoso e arredores, e seus corpos enterados numa vala comum, sem que seus parentes tivessem sido sequer notificados da “ocorrência”. Quando o promotor público terminou a acusação, o Presidente do Tribunal deu a palavra ao advogado profissional que o Comitê Central Revolucionário designara para defender os réus. O homem ergueu-se e declarou que, diante de todas aquelas provas, ele não só recusava fazer a defesa de seus constituintes como também não pedia sequer para eles a clemência dos jurados. E sentou-se. Sua “defesa” – que provocou aplausos – durou menos de um minuto.

(Érico Veríssimo, *O Senhor Embaixador*)

07. É correto afirmar que o texto dedica-se predominantemente a
- (A) descrever ações e relatar fatos objetivamente, tendo em vista que apresenta ocorrências havidas durante um julgamento, sem expressão de pontos de vista do enunciador.
 - (B) relatar fatos e descrever personagens subjetivamente, tendo em vista que apresenta ações de personagens que, segundo o ponto de vista do enunciador, mudaram o rumo da revolução.
 - (C) descrever personagens sem se ater a fatos, tendo em vista que apresenta características físicas e psicológicas daqueles, a partir da perspectiva particular do enunciador.
 - (D) expor teses que o enunciador discute a partir de um ponto de vista contrário às personagens identificadas como réus do processo apresentado.
 - (E) relatar fatos e discutir teses, tendo em vista que o enunciador tanto relata acontecimentos quanto expressa seu ponto de vista em apoio a estes.

08. Assinale a alternativa em que as duas formas verbais expressam tempo equivalente.

- (A) Puseram; tivessem sido notificados.
- (B) Fez-se; recusava.
- (C) Tivera; haviam morrido.
- (D) Melhorarem; tivera tempo.
- (E) Designara; declarou.

09. A alternativa em que a nova versão da frase do texto apresenta emprego e colocação de pronome de acordo com a norma-padrão é:

- (A) No terceiro dia de julgamento, se seguiram novos depoimentos, os quais depois deles finalmente fizeram-se as acareações.
- (B) E facilitou grandemente a tarefa da acusação o fato onde os réus, na esperança de melhorarem sua posição pessoal, se puseram a acusar uns aos outros.
- (C) Se fez publicamente o exame dos prontuários tirados da parte dos arquivos da Polícia Central, os quais Zabala não tivera tempo de destruí-los.
- (D) Eram documentos importantes, cujos provaram que torturaram-se mais de duzentas pessoas, entre eles algumas dúzias de estudantes.
- (E) O Presidente do Tribunal deu a palavra ao advogado, profissional cuja designação para defender os réus deveu-se ao Comitê Central Revolucionário.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Foi dada a palavra à defesa, que se recusou à falar em favor de seus representados.
- (B) Provou-se que àqueles estudantes foram impostos severos maus tratos, até levá-los à morte.
- (C) À bem da verdade, a defesa não estava plenamente à par das acusações contra os réus.
- (D) À princípio, os acusados submetidos à acareação passaram a incriminar-se uns aos outros.
- (E) À partir daquele momento, as pessoas que assistiam àquele julgamento aplaudiram à atitude do defensor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por
- (A) partido político com representação no Congresso Nacional.
 - (B) organização sindical, em defesa de interesses de seus membros ou da coletividade.
 - (C) associação legalmente constituída e em funcionamento há mais de dois anos.
 - (D) associação legalmente constituída, em defesa de liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - (E) partido político com representação na Assembleia Legislativa do Estado em que a demanda for deduzida.
12. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- (A) legislar sobre propaganda comercial.
 - (B) legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
 - (C) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
 - (D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
 - (E) fixar a responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
13. Leia as seguintes assertivas.
- I. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
 - II. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros se dá por meio de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
 - III. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Municípios, que devem ser criados nos Municípios onde não existirem.
 - IV. As contas dos Municípios ficarão, durante cento e oitenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- São corretas apenas as afirmativas
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

14. Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente por lei complementar específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- (B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, impedindo a propositura de ação penal.
- (C) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (D) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime estatutário.
- (E) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

15. Considerando que as normas estabelecidas em relação ao Tribunal de Contas da União se aplicam, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, é correto afirmar que

- (A) se não atendido, o Tribunal de Contas do Município poderá representar à Câmara dos Vereadores para sustar a execução do ato ilegal.
- (B) o Tribunal de Contas do Município encaminhará à Câmara dos Vereadores, semestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- (C) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Município, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (D) as decisões do Tribunal de Contas do Município que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (E) compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.

16. Pertence(m) aos Municípios

- (A) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- (B) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (D) um por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.
- (E) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico.

17. A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre

- (A) os privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado dos quais poderão gozar.
- (B) a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, excluindo-se a participação de acionistas minoritários.
- (C) licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.
- (D) a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto com relação aos direitos e obrigações trabalhistas.
- (E) os mandatos, a avaliação de desempenho e a isenção de responsabilidade dos administradores.

18. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de

- (A) dez mil habitantes.
- (B) vinte mil habitantes.
- (C) trinta mil habitantes.
- (D) quarenta mil habitantes.
- (E) cinquenta mil habitantes.

19. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo municipal, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que deverá apontar a inconstitucionalidade do ato ou texto impugnado.
- (B) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- (D) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade confederação sindical, entidade de classe de âmbito nacional ou associação de defesa de interesses difusos e coletivos.
- (E) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição, em razão de lei ou ato normativo federal ou estadual, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Tribunal de Justiça estadual, na forma da lei.

20. Sobre transportes, cabe ao Município

- (A) tributar operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte municipal e intermunicipal, nos termos da lei.
- (B) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo.
- (C) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (D) legislar sobre diretrizes da política de transportes.
- (E) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

21. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo.

- (A) O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de cinquenta e cinco vereadores eleitos dentre os cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- (B) As sessões da Câmara dos Vereadores serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada por maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.
- (C) O controle interno da Administração Pública, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
- (D) O Prefeito, ou o Vice-Prefeito quando em exercício, não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a quinze dias consecutivos.
- (E) O Município poderá, mediante lei, manter Guarda Municipal, subordinada ao Prefeito e destinada à proteção das pessoas, dos bens, serviços e instalações municipais.

22. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, algumas questões relevantes aos destinos do Município poderão ser submetidas a plebiscito ou referendo, a serem decididos pelo Plenário da Câmara Municipal cuja proposta pode partir do Poder Executivo ou por

- (A) um terço dos vereadores ou por pelo menos dois por cento do eleitorado.
- (B) maioria absoluta dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
- (C) maioria simples dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
- (D) um terço dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
- (E) qualquer vereador ou por qualquer cidadão.

23. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, assinale a alternativa correta a respeito dos servidores municipais.

- (A) Poderá o Município de São Paulo, mediante lei específica, regulamentar a criação e a manutenção, com recursos públicos, de carteiras especiais de previdência social para ocupantes de cargos eletivos.
- (B) É vedado ao vereador vincular-se à previdência municipal, devendo contribuir diretamente ao Instituto Nacional da Seguridade Social, submetendo-se ao regime geral da previdência social, por contribuições mensais incidentes sobre os seus subsídios.
- (C) Não serão admitidas contratações de pessoal na Administração Pública Municipal por tempo determinado.
- (D) O pedido de aposentadoria voluntária, bem como as pendências respectivas, deverão ser apreciados no prazo máximo de sessenta dias após o seu protocolamento, na forma da lei.
- (E) O reajuste geral da remuneração dos servidores da Administração Direta far-se-á sempre na mesma data, devendo ser estabelecida data diferenciada para a Administração autárquica e fundacional.

24. Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão, permissão, autorização e locação social, conforme o caso e o interesse público ou social, devidamente justificado, o exigir. Nesse sentido, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de São Paulo, a autorização legislativa para concessão administrativa deixará de vigorar se o contrato não for formalizado, por escritura pública, dentro do prazo de

- (A) trinta dias.
- (B) noventa dias.
- (C) dois anos.
- (D) três anos.
- (E) cinco anos.

25. “Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, esta sim a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos.” (José dos Santos Carvalho Filho *in Manual de Direito Administrativo*)

A conceituação acima reproduzida trata de um dos princípios do direito administrativo. Assinale a alternativa que contém um princípio que corretamente representa essa conceituação doutrinária.

- (A) Autotutela.
- (B) Eficiência.
- (C) Indisponibilidade.
- (D) Proteção à confiança.
- (E) Precaução.

26. São elementos nucleares característicos do poder discricionário:

- (A) conveniência e oportunidade.
- (B) legalidade e vinculação.
- (C) moralidade e liberdade.
- (D) limitação e ponderação.
- (E) competência e finalidade.

27. Sobre o regime jurídico das sociedades de economia mista, é correto afirmar que

- (A) devido a sua natureza híbrida, embora sejam pessoas jurídicas de direito público, não estão sob o controle do Estado.
- (B) sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas quanto às obrigações civis, mas possuem privilégios trabalhistas e tributários equivalentes aos dos entes públicos.
- (C) segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial, são favorecidas com o prazo quinquenal de prescrição das ações de indenização contra ela ajuizadas.
- (D) podem ser constituídas, juridicamente, por qualquer das formas admitidas em direito, desde que sejam pluripessoais e com predomínio de capital do poder público.
- (E) os seus bens, integrantes do seu patrimônio, são considerados bens privados, mesmo aqueles provenientes do Ente Federativo que a instituiu.

28. Assinale a alternativa que contempla corretamente ato emanado da função administrativa.

- (A) Veto do Chefe do Executivo a projeto de lei.
- (B) Nomeação de um servidor público.
- (C) Decisão do juiz que manda pagar reajuste nos vencimentos dos servidores.
- (D) Edição de medida provisória pelo Presidente da República.
- (E) Regimento Interno de um Órgão do Poder Judiciário.

29. Considerando o disposto expressamente na Constituição Federal a respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso aos estrangeiros.
- (B) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas aos cargos técnicos e funções de direção, chefia e assessoramento.
- (C) É vedada a contratação de pessoal na Administração Pública por tempo determinado, devendo o responsável, nessa hipótese, ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente.
- (D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (E) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

30. A Constituição Federal assegura os direitos de obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, e de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Assim sendo, considerando o disposto no texto constitucional, é correto afirmar que

- (A) o direito de petição é garantido a todos, independentemente de taxa, e o direito à obtenção de certidão dependerá do recolhimento da respectiva taxa.
- (B) ambos os direitos são exercidos mediante o pagamento de taxa.
- (C) ambos os direitos podem ser exercidos independentemente do pagamento de taxas.
- (D) a Administração terá o prazo de trinta dias para conceder a certidão.
- (E) o direito de petição é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, enquanto que o direito à obtenção de certidão gratuita é assegurado apenas aos pobres.

31. Tem legitimidade para propor ação civil pública:

- (A) o Ministério Público e as associações.
- (B) a associação instituída para a defesa do meio ambiente e a Defensoria Pública.
- (C) apenas as autarquias instituídas para a defesa do meio ambiente.
- (D) o partido político com representação no Congresso e a Defensoria Pública.
- (E) a União e a empresa pública.

32. Sobre a execução contra a Fazenda Pública, citar-se-á a Fazenda Pública para opor embargos em

- (A) 10 (dez) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 60 (sessenta) dias.

33. Na execução provisória, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução,

- (A) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento.
- (B) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por artigos.
- (C) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e restituídos os valores mediante ação própria.
- (D) mantém a execução, executando-se a garantia depositada nos próprios autos da ação principal.
- (E) mantém a execução, executando-se a garantia depositada em autos apartados, mediante procedimento próprio.

34. Há litisconsórcio necessário quando

- (A) entre as partes houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- (B) os direitos ou as obrigações das partes derivarem do mesmo fundamento de direito.
- (C) entre as causas, em que há interesse das partes, houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
- (D) por disposição de lei a decisão da lide deva ser uniforme para todas as partes.
- (E) ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito entre as partes envolvidas.

35. Em uma ação que pretendia o provimento jurisdicional que condenasse o réu a obrigação de fazer, por ocasião da audiência de conciliação, instrução e julgamento, as partes, após a oitiva das testemunhas do autor, firmaram um acordo em que o réu se comprometeu a cumprir parte da obrigação. Após o trânsito em julgado da sentença, descobriu-se que uma das testemunhas mentiu sobre os fatos, o que levou a um erro no entendimento da causa. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) O réu poderá propor ação rescisória até o prazo de dois anos a contar do trânsito em julgado.
- (B) O réu poderá propor ação rescisória até o prazo de quatro anos a contar do trânsito em julgado.
- (C) O réu poderá rever a decisão por meio de ação anulatória, assim como são rescindidos os atos jurídicos em geral.
- (D) Será possível deixar de cumprir a obrigação de fazer acordada, por faltar validade ao título judicial exequível.
- (E) Em razão da coisa julgada, não é possível reverter a decisão, em virtude da preclusão consumativa.

36. Da decisão que acolhe exceção de incompetência, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é cabível nenhum recurso nesse procedimento.
- (B) Cabe recurso apenas em caso de improcedência do pedido.
- (C) É cabível agravo de instrumento.
- (D) É cabível apelação.
- (E) É cabível pedido de reconsideração.

37. Na apreciação de um recurso de apelação, que havia julgado improcedente a demanda, o acórdão proferido julgou por maioria de votos pela reforma parcial da decisão recorrida, reconhecendo, entretanto, a procedência de outra questão por unanimidade. A parte vencida opôs embargos infringentes. Diante desse fato, quanto ao prazo para apresentar recurso especial ou extraordinário, relativamente à parte unânime, assinale a alternativa correta.

- (A) É o mesmo dos embargos, sob pena de preclusão.
- (B) Ficará sobrestado até a intimação da decisão dos embargos.
- (C) Iniciará quando transitar em julgado a decisão por maioria.
- (D) O embargante deverá requerer o sobrestamento do prazo em preliminar.
- (E) Não há relação entre os prazos, sendo independentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

38. Tratando-se de penhora em bem indivisível, em ação de execução contra devedor solvente, no que diz respeito à meação do cônjuge que não é parte da ação, é correto afirmar:
- (A) Não poderá ser levado à hasta pública, por se tratar de bem indivisível, devendo o exequente nomear outros bens.
 - (B) A meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.
 - (C) Não será autorizada a penhora do bem, por ser indivisível e comprovada a titularidade do meeiro.
 - (D) Deverão ser opostos embargos de terceiro, para o desfazimento da penhora sobre o bem.
 - (E) Deverão ser opostos embargos à execução, para o desfazimento da penhora sobre o bem.
39. O prazo para propor a ação principal em que houve uma medida cautelar preparatória é de
- (A) cinco dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (B) vinte dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (C) trinta dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (D) trinta dias, a contar da efetivação da data da efetivação da medida.
 - (E) trinta dias, a contar da decisão que concedeu a medida.
40. Reputam-se conexas duas ou mais ações quando
- (A) Ihes for comum o objeto ou a causa de pedir.
 - (B) há identidade quanto às partes e à causa de pedir.
 - (C) Ihes for comum o objeto ou a causa de pedir e há identidade de partes.
 - (D) objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.
 - (E) objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra e há identidade de partes
41. Tratando-se de pessoa jurídica de capitalização, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – é de
- (A) 3%.
 - (B) 5%.
 - (C) 9%.
 - (D) 11%.
 - (E) 15%.
42. Assinale a alternativa correta acerca da cobrança não cumulativa da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS.
- (A) A contribuição com incidência não cumulativa tem como fato gerador o faturamento anual, assim entendido o total de receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.
 - (B) A base de cálculo da contribuição é o valor do lucro real.
 - (C) Não integram sua base de cálculo as receitas auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária.
 - (D) As receitas não operacionais, decorrentes da venda de ativo imobilizado, integram sua base de cálculo.
 - (E) Para efeito de sua exigência, o total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia, excetuando-se as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica.
43. Na modalidade de substituição tributária, conhecida por “diferimento”, a legislação atribui a determinado contribuinte a responsabilidade pelo pagamento de certo tributo em relação a operações
- (A) anteriores.
 - (B) subsequentes.
 - (C) concomitantes.
 - (D) alternadas.
 - (E) diferenciadas.
44. Acerca do mandado de segurança, conforme Súmula do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:
- (A) a existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
 - (B) cabe mandado de segurança contra a lei em tese.
 - (C) cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.
 - (D) cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
 - (E) o mandado de segurança presta-se como substituto de ação de cobrança.

45. Tratando-se de pleito apresentado administrativamente objetivando a restituição de tributo, com fundamento nas hipóteses previstas em lei, a ação anulatória, da decisão administrativa que denegar a restituição, prescreve em
- (A) 1 ano.
 - (B) 2 anos.
 - (C) 3 anos.
 - (D) 5 anos.
 - (E) 7 anos.
46. Assinale a assertiva correta no que respeita ao procedimento cautelar fiscal.
- (A) O juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal mediante justificação prévia por parte da Fazenda Pública interessada.
 - (B) Do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar fiscal caberá agravo de instrumento.
 - (C) O requerido será citado para, no prazo de 5 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.
 - (D) Para concessão da medida cautelar fiscal é dispensável a prova literal da constituição do crédito fiscal, sendo essencial a prova documental da verificação de alguma das situações previstas em lei autorizativas da concessão da medida.
 - (E) A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade de todos os bens do requerido.
47. Assinale a alternativa que contempla uma operação sobre cuja receita não haverá incidência da contribuição para o Programa de Integração Social – PIS.
- (A) Importação de mercadorias do exterior.
 - (B) Prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, ainda que o pagamento não represente ingresso de divisas.
 - (C) Prestação de serviços de transportes intermunicipal.
 - (D) Vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.
 - (E) Prestação de serviços de comunicação.
48. A lei que instituir ou modificar as contribuições sociais, cuja finalidade seja o custeio da Seguridade Social (previdenciárias), entrará em vigor
- (A) em 90 dias contados da publicação.
 - (B) em 45 dias contados da publicação, sendo a lei omissa quanto a cláusula de vigência.
 - (C) no exercício seguinte ao que ocorra sua publicação, em atendimento ao princípio constitucional da anterioridade tributária.
 - (D) no exercício seguinte ao de sua publicação, respeitado o lapso temporal de 90 dias antes do término do exercício.
 - (E) em 45 dias contados de sua publicação por determinação constitucional.
49. Nos termos da lei que disciplina o procedimento administrativo tributário no Estado de São Paulo, poderão ser interpostas perante o Tribunal de Impostos e Taxas determinadas modalidades recursais, dentre as quais figura o
- (A) agravo revisional.
 - (B) recurso extraordinário.
 - (C) recurso especial.
 - (D) agravo administrativo regimental.
 - (E) recurso revisional.
50. Assinale a alternativa da qual consta uma pessoa jurídica que, de acordo com a lei que disciplina o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ, estará, necessariamente, obrigada à apuração do lucro real.
- (A) Aquela cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses.
 - (B) A empresa de seguros privados.
 - (C) Aquela cuja atividade seja a de transporte interestadual ou intermunicipal.
 - (D) A que explore atividades de prestação isolada e esporádica de serviços de assessoria creditícia.
 - (E) A que tiver lucros, rendimentos ou ganhos de capital com origem no País.
51. No procedimento administrativo paulista, lavrado o auto de infração, o autuado deve ser notificado a pagar o débito, com desconto de lei, quando houver, ou apresentar defesa por escrito, no prazo de
- (A) 5 dias.
 - (B) 10 dias.
 - (C) 15 dias.
 - (D) 30 dias.
 - (E) 60 dias.
52. Em sede de execução fiscal, decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Referido prazo é contado
- (A) do arquivamento dos autos, por não ter sido localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis.
 - (B) a partir de 1 ano, sem que seja localizado o devedor.
 - (C) uma vez decorrido o prazo máximo de 1 ano sem que sejam encontrados bens penhoráveis.
 - (D) uma vez decorrido o prazo máximo de 5 anos sem que seja localizado o devedor.
 - (E) da distribuição da execução.

53. Segundo a lei que regulamenta o processo de execução fiscal, se o executado estiver fora do País será citado por edital, com prazo de
- (A) 15 dias.
 - (B) 30 dias.
 - (C) 60 dias.
 - (D) 90 dias.
 - (E) 180 dias.
54. De acordo com as determinações do Código Tributário Nacional, excetuando-se as situações nas quais hajam praticado atos com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, tem responsabilidade tributária em caráter pessoal:
- (A) os administradores de bens de terceiros pelos tributos devidos por esses.
 - (B) o inventariante, pelos tributos devidos pelos bens do espólio.
 - (C) os sócios, no caso de liquidação de sociedades de pessoas.
 - (D) os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
 - (E) o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
55. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, a ordem estabelecida no Código Tributário Nacional na qual figura, como último método integrativo a ser utilizado,
- (A) a analogia.
 - (B) a equidade.
 - (C) os princípios gerais de direito.
 - (D) os princípios gerais de direito público.
 - (E) os princípios gerais de direito tributário.
56. Acerca da legislação tributária, é correto afirmar que
- (A) os princípios gerais de direito privado utilizam-se, para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas e para definição dos respectivos efeitos tributários.
 - (B) a lei tributária que define infrações interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado quando não haja dúvida à capitulação do fato.
 - (C) interpreta-se extensivamente a legislação tributária que disponha sobre suspensão do crédito tributário.
 - (D) a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
 - (E) a lei aplica-se ao ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando deixe de defini-lo como infração.
57. Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar é matéria que cabe
- (A) à própria Constituição Federal.
 - (B) à emenda constitucional.
 - (C) à lei complementar.
 - (D) à lei ordinária.
 - (E) à lei delegada.
58. Em sede de mandado de segurança, a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração. Quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originalmente a um dos tribunais, do ato do relator caberá, para o órgão competente do tribunal que integre,
- (A) agravo.
 - (B) apelação.
 - (C) embargos infringentes.
 - (D) recurso ordinário.
 - (E) recurso especial.
59. Respeitado o princípio da legalidade, a Constituição autoriza que a União venha a instituir impostos, não previstos expressamente em sua competência impositiva, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados pela Constituição. Supondo que, hipoteticamente, no exercício dessa competência residual e obedecidas as condições determinadas pela Constituição Federal, a União venha efetivamente a instituir um novo imposto. Do produto dessa arrecadação, pertencerá aos Estados e ao Distrito Federal o percentual de
- (A) 20%.
 - (B) 22,5%.
 - (C) 25%.
 - (D) 27,5%.
 - (E) 50%.
60. Sobre a moratória, é correto afirmar que
- (A) consubstancia-se em modalidade de extinção do crédito tributário.
 - (B) somente pode ser concedida em caráter individual.
 - (C) a lei que a concede pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
 - (D) sua concessão gera, em qualquer caso, direito adquirido, não podendo ser revogada de ofício dentro do período de sua vigência.
 - (E) salvo disposição de lei em contrário, não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

61. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, incluem-se dentre as normas complementares
- (A) os decretos.
 - (B) os tratados e convenções internacionais.
 - (C) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
 - (D) as medidas provisórias editadas pelo Presidente da República.
 - (E) as decisões judiciais a que a lei atribua eficácia normativa.
62. Assinale a alternativa que estiver em consonância com as disposições legais relativas à Dívida Ativa Tributária.
- (A) É proveniente de crédito de qualquer natureza desde que tenha por titular a Fazenda Pública.
 - (B) É proveniente de crédito de qualquer natureza, tão logo esgotado o prazo para pagamento e cuja titular seja a Fazenda Pública.
 - (C) A omissão de quaisquer requisitos previstos em lei ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição, mas não afetam o processo de cobrança, visto que a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante a correção do vício na própria certidão.
 - (D) Regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
 - (E) Uma vez inscrita, a fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito.
63. No tocante à expressão “fato gerador presumido”, assinale a alternativa correta.
- (A) Tem previsão expressa no Sistema Constitucional Tributário.
 - (B) Não tem aplicação, posto que o fato gerador tributário é situação de verificação real e concreta, não comportando presunção.
 - (C) É sinônima da expressão “fato gerador pendente”.
 - (D) É expressão em desuso, visto que não mais tem aplicação prática.
 - (E) É expressão somente utilizada em nível de legislação infraconstitucional.
64. O imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), terá suas alíquotas
- (A) máxima e mínima fixadas por resolução do Senado Federal.
 - (B) máxima e mínima fixadas por lei complementar federal.
 - (C) máximas fixadas por lei ordinária próprias dos Estados aos quais compete.
 - (D) máxima e mínima fixadas por decreto legislativo do Congresso Nacional.
 - (E) máximas fixadas pelo Senado Federal.
65. O imposto sobre produtos industrializados – IPI
- (A) poderá ser seletivo, em função da essencialidade do produto.
 - (B) terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.
 - (C) será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante pago nas anteriores.
 - (D) incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
 - (E) não incidirá na importação de quaisquer produtos estrangeiros, em razão de sua natureza extrafiscal.
66. A instituição de contribuições, na forma das respectivas leis, para custeio do serviço de iluminação pública, é competência atribuída pela Constituição Federal somente
- (A) aos Municípios.
 - (B) à União e ao Distrito Federal.
 - (C) aos Estados e ao Distrito Federal.
 - (D) aos Municípios e ao Distrito Federal.
 - (E) à União e aos Estados.
67. Analise a afirmação: “O imposto de competência da União sobre a propriedade territorial rural – ITR será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal”. A disposição contida na afirmação
- (A) não se verifica, eis que por si só caracterizaria redução do imposto.
 - (B) não se verifica, eis que por si só caracterizaria renúncia fiscal por parte da União.
 - (C) é constitucional se todo produto da arrecadação for direcionado aos cofres da União.
 - (D) é constitucional, pertencendo aos Municípios que exercerem a opção a totalidade do produto da arrecadação do imposto relativamente aos imóveis neles situados.
 - (E) é inconstitucional de plano, haja vista implicar em invasão de competência tributária.
68. Relaciona-se à definição de Direito Tributário a noção de
- (A) receita mobiliária.
 - (B) receita originária.
 - (C) penalidade pecuniária.
 - (D) contribuição tarifária.
 - (E) cobrança plenamente vinculada.

69. Excepciona o princípio da anterioridade o imposto sobre
- (A) transmissão *causa mortis* e doações.
 - (B) transmissão *inter vivos* por ato oneroso de bens imóveis.
 - (C) operações relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - (D) propriedade territorial rural.
 - (E) serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência impositiva dos Estados.
70. De acordo com a legislação que disciplina o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, tratando-se da tributação pela forma do lucro real, a parcela do lucro real que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto à alíquota de
- (A) 5%.
 - (B) 7,5%.
 - (C) 10%.
 - (D) 12,5%.
 - (E) 15%.

